

MUITO DINHEIRO

Vereadores aprovam orçamento de R\$ 2,5 bilhões para Paulínia em 2024

Somente a receita para a Secretaria de Educação supera todo orçamento de cidades como Nova Odessa e Monte Mor; parlamentares também aprovaram novo Código de Obras

Paulo Medina • PAULÍNIA
paulo.medina@tribunaliberal.com.br

Em sessão extraordinária, a Câmara de Paulínia aprovou nesta semana a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024. O Projeto de Lei 173/2023 estima arrecadar R\$ 2,5 bilhões no próximo ano e detalha como os recursos serão destinados no município.

A título de comparação, o orçamento da cidade, em média, é de R\$ 22,6 mil por habitante - maior média da região. Em Campinas, por exemplo, município que tem orçamento de R\$ 9,3 bilhões, a média orçamento/morador é de R\$ 8,1 mil.

A Educação receberá a maior verba: R\$ 580,3 milhões, equivalente a quase 23% de todo o orçamento. Para se ter ideia, apenas o orçamento da Educação é maior que todo orçamento de cidades como Nova Odessa e Monte Mor, por exemplo.

Em segundo lugar está a Saúde (R\$ 571,6 milhões), seguida de Previdência (R\$ 317 milhões). Para a Câmara Municipal devem ser destinados R\$ 46,5 milhões.

Os 15 vereadores têm o direito de definir o destino de aproximadamente R\$ 9,3 milhões, por meio de 113 emendas impositivas. Por lei, o governo municipal deverá tomar providências para que as verbas saiam do papel.

22,6 mil
MIL POR HABITANTE
A título de comparação, o orçamento da cidade é o de maior média da região

A sessão extraordinária contou com a presença do prefeito Du Cazellato (PL) e de secretários municipais. Manifestantes e sindicalistas também marcaram presença.

CÓDIGO DE OBRAS
O Plenário ainda aprovou o novo Código de Obras e Edificações, com regras para construções e demolições realizadas em Paulínia. O texto define procedimentos para aprovar projetos, quais requisitos cons-

Total de 23% do orçamento será destinado à Educação, ou seja, R\$ 580,3 milhões

trutivos serão exigidos e como será feita a fiscalização.

A proposta ainda aguarda sanção do prefeito. Quando virar lei, a norma valerá para novos protocolos cadastrados na Prefeitura. Pedidos já em andamento poderão seguir a legislação anterior, exceto se



Vereadores de Paulínia garantem R\$ 9,3 milhões em emendas impositivas do orçamento de 2024

População de Paulínia espera mais investimentos

Em meio às expectativas para o próximo ano, a população de Paulínia anseia por mais investimentos e melhorias em diversos setores. Moradores apontam áreas que necessitam de atenção especial por parte da administração municipal.

Eles destacam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana. "Ruas com buracos, falta de calçadas adequadas e iluminação deficiente são algumas das questões. Esperamos melhorias nessas áreas para garantir um ambiente

mais seguro. Precisamos de ruas mais bem cuidadas e iluminadas. Isso faz toda a diferença no nosso dia a dia", disse Wagner de Assis, morador do Bom Retiro.

Outro ponto é a área da saúde, como a espera por consultas médi-

cas. "A saúde é fundamental, e muitas vezes enfrentamos dificuldades para conseguir atendimento rápido. É preciso mais investimentos nessa área tão crucial para todos nós", disse a moradora Sara Cardoso.

| Paulo Medina

Licenciamento ambiental é analisado após polêmica

Os vereadores ainda analisaram a nova lei de licenciamento ambiental: desde 2019, o município é responsável por avaliar atividades locais de baixo e médio impacto ao meio ambiente. Como a atual legislação foi alvo de questionamento e jul-

gada inconstitucional pela Justiça, a Prefeitura sugeriu alterações.

Neste ano, em meio a uma audiência pública sobre a lei de licenciamento ambiental de Paulínia, o Comdema (Conselho Municipal de Meio Ambiente), apontou que a Prefei-

tura "mentiu" ao afirmar estar apta para o licenciamento ambiental de médio impacto na cidade. O imbróglio remonta a 2019, quando a Prefeitura, em junho de 2019 sob a gestão do ex-prefeito Loira, havia feito a declaração de estar apta para o licen-

ciamento de baixo impacto. Em outubro de 2019, o novo prefeito, Du Cazellato, tomou posse, e em novembro de 2019, com menos de 40 dias de governo, a Prefeitura declarou estar apta para o licenciamento de médio impacto. No entanto, segundo

Comdema, essa declaração foi feita antes mesmo de a cidade possuir uma legislação adequada para regulamentar tal licenciamento. A lei municipal necessária para este processo só foi encaminhada à Câmara Municipal em junho de 2020 e aprovada

em setembro do mesmo ano. Embora a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) não tenha responsabilizado diretamente os envolvidos na elaboração e aprovação da lei, ela destacou falhas no processo legislativo.

| Paulo Medina

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ

Ser **parceiro da AEAS** é ter **garantia de vantagens exclusivas.**

- UNIMED • UNIODONTO • CORRETOR DE SEGUROS
- ÁREA PARA COWORKING E OUTROS CONVÊNIOS



QR CODE



<https://www.aeas-sp.com.br/> TEL: (19) 3883-3022

AssociaçãoDosEngenheirosEArquitetosDeSumare | aeasumare | aeasumare@gmail.com

